



Advogados lutam para provar mortes de passageiros de avião desaparecido

Quase todo mundo sabe que o voo 370 da Malaysia Airlines desapareceu no Mar da China, com 227 passageiros e 18 tripulantes, no dia 8 de março de 2014. Afinal, a imprensa noticiou o desaparecimento do avião e a frustração das buscas à exaustão. Só a Justiça não sabe, porque esse fato não está no processo em julgamento. O consenso público e meses de noticiário da imprensa não constituem provas aceitáveis em processo judicial, disse a juíza Susan Coleman a dois advogados que buscavam, na Justiça, uma declaração de morte presumida de um casal de passageiros.

Em agosto, os advogados Richard Campbell e Gina Oderda moveram uma ação em um tribunal federal de Chicago para obter uma “decisão de presunção de morte” do casal Muktesh Mukherjee, nativo da Índia, e Xiaomo Bai, nascida na China, que estavam no voo 370. A decisão era necessária para se obter certidões de óbito, abrir um processo de inventário, relativo a um apartamento em Chicago, e fazer a transferência do imóvel para dois filhos, ainda crianças, que precisavam do dinheiro.

Mas, como o avião desapareceu em algum ponto do Golfo da Tailândia e os corpos das vítimas nunca foram encontrados, não há provas de que morreram. Nesse caso, a lei do estado de Illinois prevê que há uma “presunção de vida” por sete anos, a contar do desaparecimento de uma pessoa. Obter uma certidão de óbito antes desse prazo é uma tarefa que requer a comprovação de fatos e estabelecimento de circunstâncias.

“O primeiro passo era obter o certificado de óbito no tribunal, para então abrir o processo de inventário. E isso parecia ser a tarefa mais fácil do mundo, porque todo mundo, incluindo a juíza, sabia o que aconteceu. Mas os juízes são muito desconfiados, nesses casos, porque desaparecidos, considerados mortos pelos tribunais, reaparecem”, disse Campbell aos jornal da ABA (*American Bar Association*). “E isso realmente acontece” (Veja na **ConJur**: [Juiz de Ohio decide que homem vivo permanecerá morto para sempre](#)).

No processo americano, a Justiça não aceita o “*hearsay*” – isto é, testemunhos baseados em “ouvi dizer”, “alguém me disse”, “soube pela imprensa”. Uma possibilidade seria conseguir que a juíza aceitasse uma exceção à regra do “*hearsay*”, com a apresentação registros de negócios autenticados da Malaysia Airlines, tais como o manifesto de passageiros. “Mas foi impossível conseguir esse documento, porque a empresa imaginava que éramos advogados em busca de informações para processá-la”, disse Campbell.

A companhia aérea colocou um manifesto de passageiros na Internet, mas sem autenticação, e isso foi classificado como “*hearsay*”. O certificado que a empresa enviou à família foi enquadrado da mesma forma. Os advogados alegaram que a Malaysia Airlines era uma empresa que pertencia ao governo da Malásia, de forma que o manifesto publicado na internet seria um registro governamental. Também não foi o suficiente.

Como Mukherjee e Bai eram cidadãos canadenses, os advogados iniciaram uma investigação no Canadá. A Polícia Montada Real do Canadá ajudou. Descobriu um advogado canadense que representava a



Malaysia Airlines. Esse advogado forneceu aos advogados americanos um documento autenticado, provando que o casal estava no voo 370 que desapareceu no Mar da China.

Os advogados tiveram então de provar, em termos de satisfazer as exigências do processo, que o avião realmente desapareceu. E que não foi encontrado, apesar das buscas extensivas, porque afundou em algum ponto não sabido do oceano. Porém, era uma missão impossível conseguir que alguma autoridade fosse à Chicago para testemunhar sobre a busca em um processo de interesse pessoal.

Mais uma vez, os advogados tentaram conseguir uma exceção à regra do “*hearsay*”, ao apresentar registros na internet do Ministério do Transporte da Austrália, o país que conduziu o grosso da busca. A Austrália utilizou mais de 150 navios e aeronaves na busca, cobriu milhões de quilômetros quadrados na superfície do oceano e mais de 850 quilômetros no fundo do mar – e as buscas continuavam.

“Conseguimos que a juíza aceitasse esses documentos como uma exceção à regra do ‘*hearsay*’”, disse Campbell. Argumentamos que os registros do governo australiano eram equivalentes aos documentos do Departamento de Transporte dos EUA e da Administração Federal da Aviação.

Mas ainda faltava cumprir uma exigência um tanto estranha do processo: a prova de que o casal não estava apenas desaparecendo por algum tempo, fugindo de suas responsabilidades, para retornar em algum ponto no futuro. Foi preciso que o avô paterno viajasse da Índia para Chicago, para testemunhar e apresentar um depoimento por escrito da avó paterna. Os avós testemunharam que o casal fazia uma viagem de férias anualmente e que telefonavam para os filhos todos os dias, durante suas viagens. O último telefonema foi antes do embarque no voo 370.

E o administrador temporário do espólio de Mukherjee, o primo Sanjit Ganguli, que vive no estado da Virgínia, levou a Chicago comprovantes de que o casal não movimentou a conta bancária desde o dia em que a aeronave desapareceu.

Finalmente, a juíza Susan Coleman declarou que, do ponto do tribunal, estava convencida de que os advogados cumpriram as exigências do processo, comprovando que o casal estava realmente morto. “Sinceramente, concordo que o conjunto de circunstâncias é trágico. Está claro para esta corte que a presunção de morte, dos dois indivíduos, foi provada”.

Date Created

29/03/2015